



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8210

Presidente da Mesa Diretora: Valcir Soares da Silva

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Não votados ou não tramitados

Autoria: Alfredo Ramos Neto

Data: 24/01/2012

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 09/2012. (NÃO VOTADO). Dispõe sobre a entrega de produtos e serviços no município de Montes Claros.

Controle Interno – Caixa: 26.7

Posição: 04

Número de folhas: 05

Especie: PL
Categoria: Não vetado
Cl: 26.7
Ordem: 04
Nº gls: 03



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 09/2012.

AUTOR:

Ver. Alfredo Ramos Neto

ASSUNTO:

Dispõe sobre entrega de Produto e Serviço no Município de Montes

Claros.

MOVIMENTO

Entrada em 24/01/2012

Comissão de Legislação e Justiça e Educação.

- 1 - _____
- 2 - _____
- 3 - _____
- 4 - _____
- 5 - _____
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____

Câmara Municipal de Montes Claros

Vereador

Alfredo ★

Ramos

Mandato de Qualidade

Projeto de lei Nº 09/2012

"Dispõe sobre entrega de produto e serviço
no município de Montes Claros".

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - É obrigatório aos fornecedores de produto e serviços localizados no Município de Montes Claros fixar data para entrega do produto e realização do serviço aos consumidores.

§ 1º - A fixação de data para entrega do produto ou realização do serviço realizado no âmbito do município de Montes Claros ocorrerá no ato de sua contratação e será documentada em impresso próprio, em duas vias, ficando uma em posse do fornecedor e outra entregue ao consumidor do qual conste:

a- nome do fornecedor;

b- número de registro no Cadastro de Pessoa Física – CPF –, na hipótese de fornecedor pessoa física, ou o número de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, na hipótese de fornecedor pessoa jurídica;

c- nome do consumidor;



Alfredo Ramos Neto
VEREADOR

d- número de registro no CPF, na hipótese de consumidor pessoa física, ou o número de registro no CNPJ, na hipótese de consumidor pessoa jurídica.

§ 2º - Na hipótese de entrega de produtos cuja instalação estiver a cargo do fornecedor, constará no documento referido no caput o prazo limite, determinado por data, para o término da instalação.

Art. 2º - O descumprimento do disposto no art. 1º e em seus parágrafos sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, a serem aplicadas pelos órgãos de proteção e defesa do consumidor competentes, sem prejuízo das eventuais sanções civis e criminais aplicáveis à hipótese.

Art. 3º - Caso a efetivação da entrega do produto ou prestação do serviço não ocorra na data marcada, o consumidor terá direito à devolução de todo valor pago monetariamente atualizado, a se efetivar em prazo não superior a 48 (quarenta e oito horas), sem prejuízo das demais sanções previstas no art. 2º desta Lei.

Parágrafo único – O descumprimento, por parte do fornecedor, da determinação constante no caput deste artigo, configura condição agravante, a ser considerada para aplicação e gradação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 8.078/90.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Montes Claros, 24 de janeiro de 2012.



Vereador Alfredo Ramos

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 24 DE ABRIL DE 2012

PRESIDENTE

Câmara Municipal de Montes Claros



Vereador

Alfredo ★
Ramos

Mandato de Qualidade

Justificativa

O presente projeto de lei tem a finalidade de regularizar as entregas de produtos e serviços no município de Montes Claros, visando evitar danos aos consumidores. A obrigação de fixar, documentalmente a data para entrega e execução dos serviços é necessária para coibir os atrasos e o não cumprimento dos acordos de entrega de produtos estabelecidos entre empresas e consumidores no ato da contratação, além de inibir a prática abusiva penetrada por fornecedores e prestadores de serviços, a proposta munirá os cidadãos com documento apto a comprovar e reivindicar seus direitos de forma mais eficaz.

Câmara Municipal de Montes Claros, 23 de Janeiro de 2012.

Alfredo Ramos Neto
VEREADOR